

Rumo Malha Norte S.A.

Demonstrações Financeiras encaminhadas à ANTT, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Rumo Malha Norte S.A.
Cuiabá - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rumo Malha Norte S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para demandas judiciais

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 5.15 às demonstrações financeiras, a Companhia possui provisão para contingência registrada em 31 de dezembro de 2024 pelo montante de R\$ 57.786 mil.

O montante de perdas possíveis, julgadas pela Administração e seus assessores jurídicos como menos provável de que uma conclusão desfavorável para a Companhia aconteça, divulgado na referida nota explicativa, é de R\$ 1.749.919 mil, em 31 de dezembro de 2024, apurado para as informações financeiras.

Devido a magnitude dos valores envolvidos nas contingências possíveis, ao alto número de processos envolvidos e a complexidade dos julgamentos realizados pela Administração da Companhia no processo de mensuração das contingências, consideramos este assunto como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o abaixo:

- Reuniões com o setor jurídico da Companhia;
- Entendimento dos processos internos para identificação de situações em que a Companhia seja parte citada em esferas administrativas ou judiciais, objetivando garantir que a informação utilizada pela Companhia está completa;
- Entendimento dos controles internos relacionados com o gerenciamento dos processos;
- Envolvimento de especialistas tributários na avaliação de discussões tributárias;
- Leitura de opiniões legais emitidas por assessores jurídicos externos, contratados pela Administração;
- Mensuração de provisão para contingência com base no recebimento de respostas dos assessores jurídicos externos contendo o estágio atual e o prognóstico de perda de cada processo;
- Análise de razoabilidade de premissas utilizadas, por amostragem, na mensuração de processos com expectativa de perda possível ou remota;
- Análise das principais inclusões de processos na composição dos saldos de provisão para contingências, verificando a razoabilidade de premissas utilizadas;
- Análise de pagamento de contingências e entendimento sobre a expectativa anteriormente definida para a conclusão do processo em períodos anteriores;
- Recálculo de atualização monetária;
- Revisão das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos aceitáveis as premissas utilizadas pela Administração para mensuração das provisões para contingências e divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC/NBCTG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, a demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 14 de março de 2025.

RUMO MALHA NORTE – RUMO MALHA NORTE S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO 2024

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Rumo Malha Norte – Rumo Malha Norte S.A. (“Companhia”) controlada da Rumo S.A. (“Rumo” ou “Controladora”) submete à apreciação de seus acionistas, o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes sobre Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Relacionamento com os auditores externos

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gestão no seu cliente, e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes. Em atendimento à Instrução CVM nº 162/22, informamos que até a presente data não houve contratação de outros serviços relacionados a auditoria junto aos nossos auditores independentes, BDO RCS Auditores Independentes S.S. e suas partes relacionadas, além de seus respectivos honorários para o exame das demonstrações financeiras das Companhia, os quais não apresentam qualquer implicação no princípio de independência descrito no parágrafo acima. Com base em referidos princípios, a BDO RCS Auditores Independentes S.S. nos informaram que a prestação de tais serviços, conforme descritos acima, não afetam a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços prestados à Companhia.

Segmentos operacionais

O principal tomador de decisões operacionais passou a analisar a nova Companhia por segmentos operacionais que diferem da informação individual dessas Demonstrações Financeiras. Desta forma, está disponível no site da Companhia e na CVM o relatório da Administração da Controladora Rumo o qual contempla todos os segmentos.

Resultado (Valores em R\$ MM)	4T24	4T23	Var. %	12M24	12M23	Var. %
Receita Líquida	1.957,6	1.432,4	36,7%	7.768,0	5.858,6	32,6%
Custos dos serviços prestados	(1.239,7)	(894,5)	38,6%	(4.810,5)	(3.766,8)	27,7%
Lucro Bruto	717,9	537,9	33,5%	2.957,5	2.091,8	41,4%
Margem Bruta (%)	37%	38%	-0,9 p.p.	38%	36%	2,4 p.p.
Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas	(89,0)	(68,5)	29,9%	(251,1)	(220,9)	13,7%
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(10,9)	8,1	-234,6%	(37,5)	(3,3)	n.a.
Equivalência patrimonial	(1,3)	0,1	n.a.	(9,6)	2,7	n.a.
Depreciação e Amortização	152,3	140,8	8,2%	588,9	544,7	8,1%
EBITDA	769,0	618,4	24,4%	3.248,2	2.415,0	34,5%
Margem EBITDA (%)	39,3%	43,2%	-3,9 p.p.	41,8%	41,2%	0,6 p.p.
Resultado Financeiro Líquido	(66,1)	(92,7)	-28,7%	(264,8)	(342,4)	-22,7%
Imposto de renda e contribuição social	(94,4)	(40,3)	134,2%	(375,0)	(190,2)	97,2%
Lucro Líquido	456,2	344,6	32,4%	2.019,5	1.337,7	51,0%

No trimestre findo em 31 de dezembro de 2024, a receita operacional líquida atingiu R\$ 1.957,6 milhões, um aumento de 36,7% em relação ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2023, o volume de transporte aumentou em 2023 devido basicamente por maiores volumes transportados e do crescimento da tarifa média de transporte. O EBITDA foi de R\$ 769,0 milhões, aumento de 24,4% em relação ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2023. A Companhia apresentou lucro

líquido de R\$ 456,2 milhões no trimestre findo em 31 de dezembro de 2024 comparado a um lucro de R\$ 344,6 milhões no trimestre findo em 31 de dezembro de 2023. O que representou um aumento de 42,4%.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a receita operacional líquida atingiu R\$ 7.768,0 milhões, aumento de 32,6% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. O volume total transportado aumentou 4,9% em relação a 2023. O resultado se deve principalmente aos maiores volumes em produtos agrícolas com aumento de 2,5% em relação ao ano anterior, basicamente refletindo o volume e uma melhora na tarifa média de transporte ao longo de 2024. Também contribuíram para o resultado o crescimento dos volumes de produtos industriais, que cresceu 24,8%.

Rumo Malha Norte S.A.

Balancos patrimoniais (Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	597.773	103.883
Títulos e valores mobiliários	5.3	392.105	201.976
Contas a receber de clientes	5.4	378.432	229.460
Instrumentos financeiros derivativos	5.9	701.405	24.432
Estoques		15.815	17.576
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		21.736	1.383
Outros tributos a recuperar	5.10	157.465	180.742
Adiantamento a fornecedores	5.11	74.643	83.938
Outros ativos		42.024	45.105
Ativo circulante		2.381.398	888.495
Contas a receber de clientes	5.4	11	15
Caixa restrito	5.3	131	126
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.14	6.920	4.080
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		18.264	134.246
Outros tributos a recuperar	5.10	8.006	13.268
Depósitos judiciais	5.15	18.606	19.658
Instrumentos financeiros derivativos	5.9	22.328	414.905
Adiantamento a fornecedores	5.11	-	396.147
Outros ativos		5.713	5.875
Investimentos em associadas	5.12	35.256	44.811
Direito de uso	5.13.2	590.934	627.154
Imobilizado	5.13.1	5.533.716	5.229.376
Intangíveis		50.014	39.434
Ativo não circulante		6.289.899	6.929.095
Total do ativo		8.671.297	7.817.590

Rumo Malha Norte S.A.

Balancos patrimoniais

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Passivos			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.6	584.585	772.592
Passivos de arrendamento	5.7	94.661	108.439
Instrumentos financeiros derivativos	5.9	188.088	51.492
Fornecedores	5.8	772.172	641.210
Ordenados e salários a pagar		163.959	125.267
Imposto de renda e contribuição social correntes		37.250	15.750
Outros tributos a pagar		8.587	8.641
Dividendos a pagar		406.292	263.225
Adiantamento de clientes		1.364	1.678
Receitas diferidas		1.458	1.458
Outros passivos financeiros	5.1	38.301	32.873
Outras contas a pagar		38.417	68.736
Passivo circulante		2.335.134	2.091.361
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.6	1.926.006	2.412.248
Passivos de arrendamento	5.7	193.347	219.853
Instrumentos financeiros derivativos	5.9	247.380	99.937
Provisão para demandas judiciais	5.15	57.786	41.906
Receitas diferidas		2.194	3.651
Outras contas a pagar		1.482	1.883
Passivo não circulante		2.428.195	2.779.478
Total do passivo		4.763.329	4.870.839
Patrimônio líquido			
Capital social	5.16	51.930	51.930
Reserva de capital		22.725	22.725
Reservas de lucros		3.830.770	2.869.569
Ajustes de avaliação patrimonial		2.543	2.527
Total do patrimônio líquido		3.907.968	2.946.751
Total do passivo e patrimônio líquido		8.671.297	7.817.590

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Norte S.A.

Demonstrações dos resultados para o exercício findo em

(Em milhares de Reais – R\$, exceto resultado por ação)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	6.1	7.767.972	5.858.606
Custos dos serviços prestados	6.2	-4.810.529	-3.766.825
Lucro bruto		2.957.443	2.091.781
Despesas comerciais	6.2	-25.813	-24.228
Despesas gerais e administrativas	6.2	-225.290	-196.717
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	6.3	-37.490	-3.264
Despesas operacionais		-288.593	-224.209
Resultado antes da equivalência patrimonial e do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição social		2.668.850	1.867.572
Equivalência patrimonial	5.12	-9.572	2.716
Resultado de equivalência patrimonial		-9.572	2.716
Resultado antes do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição social		2.659.278	1.870.288
Despesas financeiras		-338.750	-353.687
Receitas financeiras		140.594	162.589
Variação cambial, líquida		-414.498	87.068
Derivativos		347.883	-238.368
Resultado financeiro líquido	6.4	-264.771	-342.398
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		2.394.507	1.527.890
Imposto de renda e contribuição social	5.14		
Corrente		-377.838	-162.661
Diferido		2.840	-27.566
		-374.998	-190.227
Resultado do exercício		2.019.509	1.337.663
Resultado por ação:	6.5		
Por ação ordinária		R\$ 1,69	R\$ 1,12
Por ação preferencial " A "		R\$ 1,86	R\$ 1,23
Por ação preferencial " B "		R\$ 1,69	R\$ 1,12

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Norte S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de Reais - R\$)

	Reserva de capital		Reserva de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Opções outorgadas reconhecidas	Incentivos fiscais	Reserva legal	Retenção de lucros			
Saldo em 01 de janeiro de 2024	51.930	22.725	1.422.147	10.386	1.437.036	2.527	-	2.946.751
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	2.019.509	2.019.509
Outros resultados abrangentes:								
Ganhos atuariais com plano de pensão	-	-	-	-	-	16	-	16
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-	-	-	-	16	2.019.509	2.019.525
Contribuição e distribuições para os acionistas								
Dividendos	-	-	-	-	-655.238	-	-403.070	-1.058.308
Constituição das reservas	-	-	407.231	-	1.209.208	-	-1.616.439	-
Total das transações com e para acionistas	-	-	407.231	-	553.970	-	-2.019.509	-1.058.308
Saldo em 31 de dezembro de 2024	51.930	22.725	1.829.378	10.386	1.991.006	2.543	-	3.907.968

	Reserva de capital		Reserva de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Opções outorgadas reconhecidas	Incentivos fiscais	Reserva legal	Retenção de lucros			
Saldo em 01 de janeiro de 2023	2.461.503	22.725	1.137.137	309.332	655.336	2.521	-	4.588.554
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	1.337.663	1.337.663
Outros resultados abrangentes:								
Ganhos atuariais com plano de pensão	-	-	-	-	-	6	-	6
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-	-	-	-	6	1.337.663	1.337.669
Contribuição e distribuições para os acionistas								
Redução de Capital	-2.650.000	-	-	-	-	-	-	-2650000
Aumento de capital por reserva legal	309.332	-	-	-309.332	-	-	-	
Reorganização societária	-68.905	-	-	-	-	-	-	-68905
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-260.567	-260.567
Constituição das reservas	-	-	285.010	10.386	781.700	-	-1.077.096	-
Total das transações com e para acionistas	-2.409.573	-	285.010	-298.946	781.700	-	-1.337.663	-2.979.472
Saldo em 31 de dezembro de 2023	51.930	22.725	1.422.147	10.386	1.437.036	2.527	-	2.946.751

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Norte S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31.12.2024

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		2.394.507	1.527.890
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	6.2	588.901	544.692
Equivalência patrimonial em controladas e associadas	5.12	9.572	-2.716
Provisão para participações nos resultados e bônus		109.800	86.969
Resultado nas alienações de ativo imobilizado e intangível	6.3	-12.907	-2.842
Provisão de demandas judiciais	6.3	16.012	19.850
Créditos fiscais extemporâneos	6.3	-278	-17.427
Provisão de Take or pay		-55.267	39.816
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos		287.258	399.536
Outros		-1.115	435
		3.336.483	2.596.203
Variação em:			
Contas a receber de clientes		-81.223	-6.813
Adiantamentos de clientes		-314	-584
Outros tributos, líquidos		-203.586	-130.770
Estoques		13.257	-1.662
Ordenados e salários a pagar		-74.046	-79.532
Fornecedores		68.210	251.639
Adiantamentos a fornecedores		405.442	878.223
Provisão para demandas judiciais		-12.405	-17.564
Outros passivos financeiros		-1.305	-51.664
Outros ativos e passivos, líquidos		4.005	-64.976
		118.035	776.297
Caixa líquido gerado pelas atividades de operacionais		3.454.518	3.372.500
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários		-102.962	80.036
Caixa restrito		-6	-1
Dividendos recebidos de associadas		-	11.064
Adições ao imobilizado e intangível		-827.086	-606.853
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		-930.054	-515.754
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	5.6	-	1.065.892
Amortização de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	5.6	-731.517	-888.835
Pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	5.6	-243.737	-286.653
Amortização de principal de passivo de arrendamento	5.7	-113.548	-121.111
Pagamento de juros de passivo de arrendamento	5.7	-28.082	-31.759
Redução de capital		-	-2.650.000
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos		-37.909	-86.976
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos		39.459	-
Dividendos pagos		-915.240	-117
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		-2.030.574	-2.999.559
Acréscimo (Decréscimo) líquido em caixa e equivalentes de caixa		493.890	-142.813
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		103.883	246.696

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício

597.773

103.883

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Norte S.A.

Demonstrações dos valores adicionados para o exercício findo em 31.12.2024

(Em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas		
Vendas de produtos e serviços líquidas de devoluções	7.997.151	6.029.272
Outras receitas operacionais, líquidas	21.995	6.676
Provisão para perdas de crédito esperadas	63	313
	8.019.209	6.036.261
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	-3.970.630	-2.997.497
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-348.097	-229.734
	-4.318.727	-3.227.231
Valor adicionado bruto	3.700.482	2.809.030
Retenções		
Depreciação e amortização	-588.901	-544.692
	-588.901	-544.692
Valor adicionado líquido produzido	3.111.581	2.264.338
Valor adicionado recebido em transferência		
Equivalência patrimonial em coligadas	-9.572	2.716
Receitas financeiras	140.594	162.589
	131.022	165.305
Valor adicionado total a distribuir	3.242.603	2.429.643
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	176.944	192.370
Remuneração direta	77.630	97.344
Benefícios	83.961	81.977
FGTS	15.353	13.049
Impostos, taxas e contribuições	639.725	389.630
Federais	538.336	312.818
Estaduais	98.519	75.162
Municipais	2.870	1.650
Remuneração de capitais de terceiros	406.425	509.980
Juros	405.365	504.987
Aluguéis e arrendamentos do contrato de concessão	1.060	4.993
Remuneração de capitais próprios	2.019.509	1.337.663
Dividendos declarados	403.070	260.567
Resultado do exercício	1.616.439	1.077.096
	3.242.603	2.429.643

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

1 Informações da Companhia

1.1 Contexto operacional

A Rumo Malha Norte S.A. (“Companhia” ou “Rumo Malha Norte”) é uma sociedade por ações brasileira, com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em Cuiabá – Mato Grosso, que opera no segmento de transporte ferroviário nos Estados do Mato Grosso do Sul e São Paulo. A Companhia é uma controlada direta da Rumo S.A. (“Controladora” ou “Rumo”).

1.2 Concessões de operações ferroviárias e terminais portuários

A concessão para o transporte ferroviário de carga da Companhia foi concedida em 19 de maio de 1989 por um prazo de 90 anos, com término em maio de 2079, prorrogável por igual período. Não há obrigações de pagamento de qualquer valor durante o prazo do contrato uma vez que a ferrovia foi construída com capital privado.

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas no contrato de concessão, tais como: não efetuar sub-concessão; submeter-se à fiscalização permanente da União; cumprimento de normas, especificações técnicas e padrões nacionais do Ministério dos Transportes; cumprir todas as disposições legais aplicáveis aos serviços concedidos, especialmente aquelas relativas à proteção do meio ambiente.

O contrato será extinto com a concretização dos seguintes fatos: convenção amigável das partes, precedidas de negociações e ajustes financeiros devidos por uma à outra parte; término do prazo contratual; encampação ou resgate, por interesse público superveniente à concessão, mediante a devida indenização; anulação por ilegalidade da concessão ou do contrato; infrações graves e continuadas cometidas por uma das partes, que acarretem danos à qualidade e eficiência dos serviços; por encampação pela União dos serviços concedidos ou pelo advento de Lei que torne o contrato, formal ou materialmente, impossível. Ocorrendo a encampação, os acionistas da Companhia serão indenizados pelo justo valor do acervo vinculado à concessão, apurado à época da encampação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

A Companhia participava, por meio de coligadas, da concessão de terminais portuários. A partir da reorganização societária realizada durante o exercício de 2023, tais participações foram concentradas na controladora Rumo S.A.

A Rumo S.A. se associou às demais operadoras ferroviárias que operam em Santos na celebração do Contrato de Cessão (“Contrato de Cessão”) relativo à gestão, operação, manutenção e expansão da Ferrovia Interna do Porto de Santos, visando representar suas controladas Rumo Malha Norte S.A., Rumo Malha Paulista S.A. e Rumo Malha Central S.A. que operam no referido Porto, atividade realizada pela Portofer (controlada em conjunto da Companhia) até 30 de setembro de 2023. A assunção das atividades pela AG-FIPS ocorreu em 01 de outubro de 2023, data em que foi encerrado o contrato de arrendamento da Portofer, cuja denominação social foi alterada para Rumo Serviços Logísticos Ltda.

1.3 Informações sobre o controle da Companhia

A Companhia é controlada direta da Rumo S.A. (“Rumo”), que detém 100% do seu capital. A controladora final é a Cosan S.A. (“Cosan”), listada na B3 e Bolsa de Nova York, ou “NYSE” (*ticker* — CSAN). Trata-se de uma sociedade anônima, com sede na cidade de São Paulo, no estado de São Paulo. O Sr. Rubens Ometto Silveira Mello é o principal acionista controlador da Cosan.

2 Bases de preparação e políticas contábeis gerais

Essa seção fornece informações sobre bases gerais de preparação, que a Administração julga úteis e relevantes para o entendimento desta demonstração financeira:

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Os IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelos IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras são preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 14 de março de 2025.

2.2 Políticas contábeis gerais

As políticas contábeis específicas estão incluídas nas notas explicativas, enquanto práticas gerais estão descritas abaixo:

a) Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Julgamentos:

Os julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que no entendimento da Administração têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras envolvem os seguintes temas:

- **Nota 5.1 – Outros passivos financeiros:** O fluxo de liquidação do saldo de créditos cedidos por fornecedores à agentes financeiros é classificado na Demonstração de fluxos de caixa em atividades operacionais ou de investimentos, de acordo com a classificação do objeto da compra, por melhor representar o dispêndio de caixa sob a ótica da operação da Companhia.
- **Nota 5.7 – Passivos de arrendamento:** Na avaliação de parcelas virtualmente fixas, se os arrendamentos forem variáveis, e do prazo do arrendamento, se a Companhia tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação;

Incertezas sobre estimativas e premissas chaves:

As incertezas relacionadas a estimativas e premissas chaves em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício envolvem os seguintes temas:

- **Nota 5.4 – Contas a receber de clientes:** Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda esperada;
- **Nota 5.7 – Passivos de arrendamento:** Na estimativa da taxa incremental sobre empréstimos, elaborada usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado), quando disponíveis, e considerando nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o *rating* de crédito);
- **Notas 5.13.1 – Imobilizado:** Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- **Nota 5.14 – Imposto de renda e contribuição social:** Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota 5.15 – Provisão para demandas e depósitos judiciais:** Avaliação de demandas judiciais e o reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Nota 2.3 – Mensuração do valor justo:** Mensuração dos valores justos de ativos e passivos financeiros com base em dados observáveis em mercado.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são preparadas em reais e apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que ela é a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia opera, gera e consome recursos.

Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior, são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações.

2.3 Mensuração do valor justo

A Companhia possui uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que tem a responsabilidade geral de supervisionar todas as mensurações significativas de valor justo, e reporta diretamente ao Conselho.

A Administração regularmente revisa premissas não observáveis significativas e ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível de hierarquia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base na origem dos dados usados nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** Os dados usados se originam em preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos.
- **Nível 2:** Os dados usados incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado.
- **Nível 3:** São usadas técnicas de avaliação para as quais a informação significativa para mensuração do valor justo de nível mais baixo não esteja disponível (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração.

Todas as estimativas que a Companhia realiza para obter o valor justo estão incluídas no nível 2.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no nível da hierarquia de valor justo com mais subjetividade.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

5.9 – Instrumentos financeiros derivativos

Os valores contábeis e o valor justos dos ativos e passivos financeiros são os seguintes:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Valor contábil		Ativos e passivos mensurados ao valor justo	
			31/12/2024	31/12/2023
	31/12/2024	31/12/2023	Nível 2	Nível 2
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	597.773	103.883	597.773	103.883
Títulos e valores mobiliários	392.105	201.976	392.105	201.976
Instrumentos financeiros derivativos	723.733	439.337	723.733	439.337
Contas a receber de clientes	378.443	229.460	378.443	229.460
Caixa restrito	131	126	131	126
Total	2.092.185	974.782	2.092.185	974.782
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	(2.510.591)	(3.184.840)	(4.590.721)	(3.161.093)
Instrumentos financeiros derivativos	(435.468)	(151.429)	(435.468)	(151.429)
Passivos de arrendamento	(288.008)	(328.292)	(288.008)	(328.292)
Fornecedores	(772.172)	(641.210)	(772.172)	(641.210)
Outros passivos financeiros	(38.301)	(32.873)	(38.301)	(32.873)
Dividendos a pagar	(406.292)	(272.813)	(406.292)	(272.813)
Total	(4.450.832)	(4.611.457)	(6.530.962)	(4.587.710)

Os saldos com prazos curtos têm valor justo que se aproxima ao valor contabilizado.

2.4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

A Companhia não promoveu mudanças nas políticas contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

2.4.1 Novos pronunciamentos, interpretações e alterações

A Companhia não adotou, de forma antecipada, nenhum pronunciamento, interpretação ou alteração emitida que ainda não esteja em vigor.

As interpretações e alterações que passaram a vigorar no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não geraram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

As novas normas, interpretações e alterações que foram emitidas pelo CPC e pelo IASB, mas não são efetivas em 31 de dezembro de 2024, exceto pelo CPC 18 que está em avaliação pela administração, não terão um impacto significativo no resultado ou na posição financeira da Companhia de acordo com a revisão inicial da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

3 Negócios, operações e administração da Companhia

3.1 Objetivos e políticas da gestão de riscos de instrumentos financeiros

Esta nota explica a exposição da Companhia a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o desempenho financeiro futuro. As informações de lucros e perdas do exercício atual foram incluídas, quando relevantes ao contexto.

Risco	Exposição decorrente de:	Mensuração	Gestão
Risco de mercado - câmbio	(i) Fluxo futuro de transações comerciais futuras. (ii) Ativos e passivos financeiros reconhecidos não denominados em reais.	(i) Fluxo de caixa futuro (ii) Análise de sensibilidade de	Moeda estrangeira
Risco de mercado – juros	Caixa e equivalentes de caixa, títulos de valores mobiliários, caixa restrito, empréstimos e debêntures, Arrendamentos e instrumentos financeiros derivativos.	(iii) Análise de sensibilidade	Swap de juros
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito, contas a receber, derivativos, contas a receber de partes relacionadas.	(i) Análise por vencimento (ii) Ratings de crédito	Disponibilidades e linhas de crédito
Risco de liquidez	Empréstimos, financiamentos e debêntures, contas a pagar a fornecedores, outros passivos financeiros, outros tributos a pagar, arrendamentos, derivativos e contas a pagar a partes relacionadas.	Fluxo de caixa futuro	Disponibilidades e linhas de crédito.

O gerenciamento de risco da Companhia é predominantemente controlado por um departamento central de Tesouraria sob políticas aprovadas pelo Conselho de Administração que fornece princípios para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de *hedge* é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de *hedge* e o item coberto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

A Companhia pode optar pela designação formal de novas operações de dívidas para as quais possua instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo *swap* para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“*Fair Value Option*”) tem o intuito de eliminar ou reduzir as inconsistências no resultado decorrentes de diferenças entre os critérios de mensuração de determinados passivos e seus instrumentos de proteção.

Assim, tanto os *swaps* quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo. Tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação.

A política da Companhia é manter uma base de capital robusta para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio.

A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir.

a) Risco de mercado

O objetivo do gerenciamento de riscos de mercado é manter as exposições aos riscos de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para administrar riscos de mercado. Todas as transações são realizadas dentro das diretrizes estabelecidas pela política de gerenciamento de risco. Geralmente, a Companhia procura aplicar a contabilidade de *hedge accounting* para gerenciar a volatilidade nos lucros ou prejuízos.

i. Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia apresentava a seguinte exposição líquida à variação cambial dos ativos e passivos denominados em moeda estrangeira:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores	(161)	-
Empréstimos e financiamentos	(1.235.898)	(1.561.548)
Derivativos de taxa de câmbio	1.235.898	1.561.548
Passivo de arrendamento	(102.364)	(78.162)
	(102.525)	(78.162)

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos, levantados em 31 de dezembro de 2024, no cenário provável a Companhia sensibilizou o efeito positivo ou negativo no resultado, antes dos impostos, decorrente de um fortalecimento (enfraquecimento) razoavelmente possível do Real em relação às moedas estrangeiras:

Instrumento	Fator de risco	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Fornecedores	Flutuação do câmbio	3	(36)	(76)	43	82
Empréstimos e financiamentos	Flutuação do câmbio	24.409	(278.463)	(581.335)	327.282	630.154
Derivativos de taxa de câmbio	Flutuação do câmbio	(24.409)	278.463	581.335	(327.282)	(630.154)
Passivo de arrendamento	Flutuação do câmbio	2.022	(23.064)	(48.150)	27.107	52.193
Impactos no resultado do exercício		2.025	(23.100)	(48.226)	27.150	52.275

O cenário provável utiliza o dólar projetado por consultoria especializada para 31 de dezembro de 2024. Cenários estressados foram definidos aplicando variações (positivas e negativas) de 25% e de 50% nas taxas de câmbio usadas no cenário provável.

		Cenários				
	31/12/2024	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Dólar	6,1923	6,0700	7,5875	9,1050	4,5525	3,0350

ii. Risco da taxa de juros

A Companhia possui instrumentos financeiros sobre os quais incidem taxas de juros em grande parte variáveis, o que expõe o resultado financeiro aos riscos de flutuação das taxas de juros.

A análise de sensibilidade a seguir demonstra o impacto anual projetado nas despesas com juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração das aplicações financeiras (antes dos impostos), mantidas as demais variáveis:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Exposição taxa de juros	31/12/2024				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras	86.649	108.311	129.973	64.986	43.324
Títulos e valores mobiliários	55.948	69.934	83.921	41.961	27.974
Caixa restrito	19	23	28	14	9
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(117.250)	(141.486)	(165.722)	(93.014)	(68.778)
Passivos de arrendamento	(24.050)	(24.381)	(24.714)	(23.721)	(23.393)
Derivativos de taxa de juros	(308.301)	(403.450)	(462.451)	(231.226)	(154.150)
Outros passivos financeiros	(6.257)	(7.626)	(8.995)	(4.888)	(3.519)
Impactos no resultado do exercício	(313.242)	(398.675)	(447.960)	(245.888)	(178.533)

O cenário provável considera a taxa de juros estimada, elaborada por uma terceira parte especializada com base nas informações do Banco Central do Brasil (BACEN) em 10 de janeiro de 2025. Cenários estressados foram definidos aplicando variações (positivas e negativas) de 25% e 50% às taxas do cenário provável, como segue:

	Provável	25%	50%	-25%	-50%
SELIC	14,40%	17,99%	21,59%	10,80%	7,20%
CDI	14,30%	17,87%	21,44%	10,72%	7,15%
TJLP	8,20%	10,25%	12,30%	6,15%	4,10%
IPCA	4,74%	5,93%	7,11%	3,56%	2,37%

b) Risco de crédito

As operações regulares da empresa expõem-na a potenciais incumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem honrar os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱ⁾	597.773	103.883
Títulos e valores mobiliários ⁽ⁱ⁾	392.105	201.976
Caixa restrito ⁽ⁱ⁾	131	126
Contas a receber de clientes ⁽ⁱⁱ⁾	378.443	229.475
Instrumentos financeiros derivativos ⁽ⁱ⁾	723.733	439.337
	2.092.185	974.797

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (i) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é o valor registrado.
- (ii) O risco de crédito do cliente é administrado pela Companhia, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um procedimento interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data de balanço em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

A Companhia está exposta a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários.

Os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de “A”. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria, de acordo com a política da Companhia.

Os investimentos de fundos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites de crédito atribuídos a cada contraparte. Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, portanto, mitigar a perda financeira por meio de falha da contraparte em efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	<u>31/12/2024</u>
AAA	<u>1.713.742</u>
Total	<u>1.713.742</u>

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontre dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Os passivos financeiros da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	<u>31/12/2024</u>				<u>31/12/2023</u>	
	<u>Até 1 ano</u>	<u>De 1 a 2 anos</u>	<u>De 3 a 5 anos</u>	<u>Acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(588.375)	(301.482)	(600.224)	(1.548.075)	(3.038.156)	(3.370.218)
Fornecedores	(772.172)	-	-	-	(772.172)	(641.210)
Outros passivos financeiros	(38.301)	-	-	-	(38.301)	(32.873)
Passivo de arrendamento	(84.933)	(76.886)	(108.378)	(59.120)	(329.317)	(338.891)
Dividendos a pagar	(406.292)	-	-	-	(406.292)	(272.813)
Instrumentos financeiros derivativos	640.590	(220.024)	(597.300)	896.840	720.106	287.908
	<u>(1.249.483)</u>	<u>(598.392)</u>	<u>(1.305.902)</u>	<u>(710.355)</u>	<u>(3.864.132)</u>	<u>(4.368.097)</u>

3.2 Informação por segmento

A Companhia atua em um único segmento operacional, o transporte ferroviário de cargas, de forma que não cabe a divulgação de informações adicionais sobre segmentos operacionais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

4 Transações e eventos significativos

4.1 Partes relacionadas

Política contábil:

As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são firmadas preferencialmente a preços de mercado e realizadas conforme contratos estabelecidos. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores e receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

a) Resumo dos saldos com partes relacionadas

	31/12/2024	31/12/2023
Ativos		
Contas a receber de clientes		
Rumo Malha Paulista S.A.	64.949	23.898
Rumo Malha Sul S.A.	56.244	19.670
Rumo Malha Central S.A.	13.684	8.174
Raízen S.A. e suas controladas	1.984	2.760
CLI Sul S.A.	704	-
Elevações Portuárias S.A.	-	706
Rumo S.A.	13.598	8.067
Brado Logística S.A.	4.148	5.951
Outros	1.360	900
	156.671	70.126
Adiantamento a fornecedores		
Rumo Intermodal S.A.	187	10.000
Rumo Serviços Logísticos Ltda.	51.964	51.964
Associação Gestora da Ferrovia Interna do Porto de Santos (AG-FIPS)	22.185	-
Outros	-	2.377
	74.336	64.341
Ativo circulante	231.007	134.467
Adiantamento a fornecedores		
Rumo Malha Paulista S.A.	-	395.282
Outros	-	865
	-	396.147
Ativo não circulante	-	396.147
Total ativo	231.007	530.614

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Passivo		
Fornecedores		
Rumo Serviços Logísticos Ltda.	79.058	86.031
Rumo Malha Sul S.A.	31.365	12.731
Rumo Malha Paulista S.A.	368.807	313.855
Cosan S.A.	25.070	3.688
Rumo Intermodal S.A.	9.764	-
Rumo S.A.	2.374	7.375
Associação Gestora da Ferrovia Interna do Porto de Santos (AG-FIPS)	31.030	-
Raízen S.A. e suas controladas	32.581	22.654
Outros	5.026	35.590
	585.075	481.924
Passivo circulante	585.075	481.924
Total passivo	585.075	481.924

b) Transações com partes relacionadas

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita operacional líquida ⁽ⁱ⁾		
Raízen S.A. e suas controladas	84.130	63.209
Rumo Malha Paulista S.A.	390.814	343.462
Rumo Malha Sul S.A.	1.336	941
Brado Logística S.A.	58.718	52.643
Rumo Malha Central S.A.	1.048	1.172
Outros	-	4
	536.046	461.431
Compras de produtos / insumos / serviços		
Rumo Malha Paulista S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	(3.679.656)	(2.697.793)
Raízen S.A. e suas controladas ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(228.609)	(228.873)
Brado Logística S.A.	(45.314)	(12.223)
Rumo Malha Sul S.A. ^(iv)	(2.280)	(31.749)
Rumo S.A.	-	(54.684)
Outros	(2.237)	(3.751)
	(3.958.096)	(3.029.073)
Receitas/ despesa compartilhada ^(v)		
Cosan S.A.	(26.496)	(6.195)
Raízen S.A. e suas controladas	(34.794)	(32.533)
Rumo Malha Oeste S.A.	4.196	3.611
Rumo Malha Paulista S.A.	76.441	61.266
Rumo Malha Sul S.A.	107.715	76.508
Rumo Serviços Logísticos Ltda.	(258)	(30.438)
Rumo S.A.	6.608	(3.508)
Rumo Malha Central S.A.	63.198	36.534
Associação Gestora da Ferrovia Interna do Porto de Santos (AG-FIPS) ^(vi)	(79.690)	-
Elevações Portuárias S.A.	-	(554)
	116.920	104.691

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (i) A prestação de serviços no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 se refere principalmente à transporte cujas condições estão definidas em contratos.
- (ii) Despesas com partilhas de fretes, de acordo com as condições estabelecidas no COE – Contrato de Operações Específico firmado entre as partes.
- (iii) Aquisição de combustíveis (diesel para uso nas locomotivas) durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 junto à Raízen S.A. e suas controladas, a condições de mercado.
- (iv) Despesa com transporte ferroviário, contratado em condições de mercado.
- (v) Se referem a rateios de gastos compartilhados entre as empresas do Grupo e do centro de serviços compartilhados Raízen. São alocados a partir de direcionadores de rateio número de colaboradores, número de ações judiciais, volume em TKUs e receitas.
- (vi) Rateio do resultado operacional de acordo com a utilização dos serviços

c) Remuneração dos administradores e diretores

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chaves são analisadas a nível de grupo, incluindo diretores e membros do conselho, e estão registradas no resultado consolidado do Grupo, incluindo os encargos, como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Benefícios de curto prazo	39.799	41.440
Transações com pagamentos baseados em ações	8.808	13.577
	48.607	55.017

4.2 Eventos significativos

4.2.1 Impacto de conflitos internacionais

A Companhia continua monitorando os impactos da guerra da Ucrânia, bem como os desdobramentos do conflito no oriente médio, pois constituem eventos de longo alcance na economia global e, portanto, nos relatórios financeiros das companhias.

As operações da Companhia não sofreram impactos relevantes em razão dos conflitos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Os principais itens monitorados pela Companhia são potenciais impactos na oferta de fertilizantes, no preço de *commodities* e combustíveis, bem como volatilidade no câmbio e juros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

A Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam indicar o *impairment* de seus ativos não financeiros e concluiu que não houve mudanças motivadas pelos conflitos que indicariam uma perda por *impairment*. Como não houve interrupção nas operações da Companhia, o impacto financeiro resultante do conflito nas unidades geradoras de caixa ("UGC") foi limitado. Portanto, as principais premissas de longo prazo aplicadas na preparação dos modelos de fluxo de caixa não tiveram alterações significativas para a avaliação dos indicadores de *impairment*. Nossas projeções de recuperação de tributos diferidos, estão fundamentadas nos mesmos cenários e premissas acima.

A Companhia até o momento não identificou impactos em risco de crédito de clientes, taxas de desconto, estoque, instrumentos financeiros, contas a receber entre outros itens analisados e continuará monitorando os fatos sobre os conflitos, com vistas à potenciais impactos nos negócios e, conseqüentemente, nas demonstrações financeiras.

4.2.2 Renovação do benefício fiscal SUDAM

Em 20 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou à Receita Federal do Brasil (RFB) o laudo constitutivo de número 143/2023, expedido pela SUDAM em 06 de dezembro de 2023, atestando o atendimento às condições e requisitos legais exigidos para a renovação do benefício fiscal, por mais 10 anos. Diante do exposto, em 13 de março de 2024, por meio do ato declaratório executivo de número 024213308, a RFB reconheceu o direito à redução de 75% do imposto sobre a renda e seus adicionais, conforme disposto no art. 10 da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, calculados com base no lucro da exploração da pessoa jurídica da Companhia.

4.3 Eventos subsequentes

4.3.1 Reorganização Societária

Em 19 de fevereiro de 2025, a Rumo Malha Norte S.A. e Rumo S.A. comunicaram seus acionistas e ao mercado em geral que seus respectivos Conselhos de Administração aprovaram uma potencial proposta de reorganização societária a ser oportunamente submetida à aprovação dos acionistas das Companhias em suas respectivas assembleias gerais, bem como a constituição de comitês especiais independentes e a eleição dos membros para compor os referidos comitês, que atuarão na negociação da relação de troca envolvida na potencial reorganização societária. Se e quando aprovada, a reorganização

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

societária irá otimizar a estrutura societária das Companhias, por meio da incorporação de ações dos acionistas minoritários (0,26% do capital social) da Malha Norte pela Rumo, resultando na conversão da Malha Norte em subsidiária integral da Rumo. Os acionistas minoritários da Malha Norte que permanecerem acionistas até a data de aprovação da Reorganização Societária pelas respectivas assembleias gerais das Companhias, receberão ações ordinárias da Rumo, proporcionalmente às suas respectivas participações no capital social da Malha Norte.

5 Informações detalhadas sobre ativos e passivos

5.1 Ativos e passivos financeiros

Política contábil

A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros se dá pelo valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas e quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo.

Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativos			
Valor justo por meio do resultado			
Títulos e valores mobiliários	5.3	392.105	201.976
Instrumentos financeiros derivativos	5.9	723.733	439.337
		1.115.838	641.313
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	597.773	103.883
Contas a receber de clientes	5.4	378.443	229.475
Caixa restrito	5.3	131	126
		976.347	333.484
Total		2.092.185	974.797
Passivos			
Custo amortizado			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.6	1.026.608	1.227.092
Passivos de arrendamento	5.7	288.008	328.292
Fornecedores	5.8	772.172	641.210
Outros passivos financeiros ⁽ⁱ⁾		38.301	32.873
Dividendos a pagar		406.292	263.225
		2.531.381	2.492.692
Valor justo por meio do resultado			
Empréstimos e financiamentos	5.6	1.483.983	1.957.748
Instrumentos financeiros derivativos	5.9	435.468	151.429
		1.919.451	2.109.177
Total		4.450.832	4.601.869

- (i) Saldo antecipado por nossos fornecedores junto a instituições financeiras. Essas operações tiveram fundos e bancos de primeira linha como contrapartes, a uma taxa média de 11,05% a.a. (12,42% a.a. em 31 de dezembro de 2023). O prazo médio dessas operações gira em torno de 35 dias (111 dias em 31 de dezembro de 2023). A transferência contábil dos valores da conta de fornecedores para esta rubrica, consiste em uma transação que não envolve caixa, não sendo apresentada na Demonstração de fluxos de caixa. O fluxo de liquidação do saldo, por sua vez, é classificado em atividades operacionais ou de investimentos, de acordo com a classificação do objeto da compra. Encargos financeiros embutidos na transação são registrados em “Juros sobre contingências e contratos comerciais” no resultado financeiro, tendo representado R\$ 4.962 no exercício findo em 31 de dezembro 2024 (R\$ 9.526 em 31 de dezembro de 2023).

5.2 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, sendo de alta liquidez, com vencimento de até três meses, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	31/12/2024	31/12/2023
Bancos conta movimento	611	1.406
Aplicações financeiras	597.162	102.477
	597.773	103.883

As aplicações financeiras são compostas por:

	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações em bancos		
Operações compromissadas	-	1.110
Certificado de depósitos bancários - CDB ⁽ⁱ⁾	597.162	101.367
	597.162	102.477

- (i) As aplicações financeiras da Companhia são remuneradas a taxas em torno de 100,64% da taxa de oferta interbancária brasileira (Certificado de Depósito Interbancário), ou “CDI”, em 31 de dezembro de 2024 (100,8% do CDI em 31 de dezembro de 2023). A análise de sensibilidade dos riscos de taxa de juros está na nota 3.1.

5.3 Títulos e valores mobiliários e caixa restrito

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado, com vencimento médio dos títulos públicos entre dois e cinco anos.

Títulos e valores mobiliários

	31/12/2024	31/12/2023
Títulos públicos ⁽ⁱ⁾	316.434	158.894
Certificados de depósitos bancários ⁽ⁱⁱ⁾	75.134	43.082
Letras financeiras ⁽ⁱⁱⁱ⁾	537	-
	392.105	201.976

- (i) Títulos públicos classificados como valor justo por meio do resultado possuem taxa de juros atrelada a SELIC e vencimento entre dois e cinco anos.
- (ii) Certificados de depósitos bancários possuem taxa de juros atrelada ao CDI e vencimento entre dois e cinco anos.
- (iii) Letras financeiras possuem taxa de juros atreladas ao CDI, e de liquidez diária, conforme política de liquidez da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Caixa restrito

	31/12/2024	31/12/2023
Valores depositados em garantia	131	126
	131	126

5.4 Contas a receber de clientes

Política contábil:

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor presente. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos.

As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

	31/12/2024	31/12/2023
Cientes terceiros	234.621	172.456
Cientes partes relacionadas (Nota 4.1)	156.671	70.126
	391.292	242.582
Provisão para perdas de crédito esperadas	(12.849)	(13.107)
	378.443	229.475
Circulante	378.432	229.460
Não circulante	11	15
	378.443	229.475

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes são como segue:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	215.297	148.159
Até 30 dias	4.704	12.047
De 31 a 60 dias	900	1.342
De 61 a 90 dias	268	7
Mais de 90 dias	13.452	10.901
Provisão para perdas de crédito esperadas	<u>(12.849)</u>	<u>(13.107)</u>
	<u>221.772</u>	<u>159.349</u>

A movimentação de provisão para perdas de créditos esperadas é assim demonstrada:

Saldo em 01 de janeiro de 2023	(13.870)
Provisões	(443)
Reversões e baixas	1.206
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>(13.107)</u>
Provisões	(305)
Reversões e baixas	563
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>(12.849)</u>

5.6 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Política contábil:

Inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado. Caso a transação seja designada ao valor justo por meio do resultado, o registro inicial e subsequente se dá pelo valor justo.

São desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros.

Classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Descrição	Encargos financeiros		31/12/2024	31/12/2023	Vencimento final	Objetivo
	Indexador ⁽ⁱ⁾	Taxa média anual de juros				
Empréstimos e financiamentos						
Com garantia						
Finame (BNDES)	Pré-fixado	6,00%	-	230	jan/2024	Investimento
Finem (BNDES)	URTJLP ⁽ⁱ⁾	9,53%	1.026.608	1.226.861	jul/2031	Investimento
NCE	SOFR + 1,30% ⁽ⁱⁱⁱ⁾	5,83%	25.341	487.544	jan/2025	Capital de giro
	Pré-fixado (US\$)	5,88%	1.210.557	1.074.003	jan/2032	Investimento
			2.262.506	2.788.638		
Debêntures						
Debêntures não conversíveis	IPCA + 4,68% ⁽ⁱⁱⁱ⁾	9,76%	248.085	396.202	fev2026	Investimento
			248.085	396.202		
Total			2.510.591	3.184.840		
Circulante			584.585	772.592		
Não circulante			1.926.006	2.412.248		
			2.510.591	3.184.840		

- (i) TJLP refere-se à Taxa de Juros de Longo Prazo, sendo definida como o custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). O CDI ou Taxa DI *Over* (CDI *Over*) é obtido ao se calcular a média ponderada de todas as taxas de transações efetuadas na Cetip entre diferentes instituições financeiras. IPCA é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo e tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços.
- (ii) Dívida com *swap* para 109% do CDI que representou uma taxa média de 11,80% no ano de 2024.
- (iii) Dívida com *swap* para 107% do CDI que representou uma taxa média de 11,59% no ano de 2024.

Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	31/12/2024	31/12/2023
13 a 24 meses	160.934	491.597
25 a 36 meses	210.562	286.375
37 a 48 meses	203.437	208.863
49 a 60 meses	175.168	201.801
61 a 72 meses	-	173.733
85 a 96 meses	1.175.905	-
A partir de 97 meses	-	1.049.879
	1.926.006	2.412.248

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são denominados nessas moedas:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	31/12/2024	31/12/2023
Reais (R\$)	1.274.692	1.623.292
Dólar (US\$) ⁽ⁱ⁾	1.235.899	1.561.548
Total	2.510.591	3.184.840

- (i) Em 31 de dezembro de 2024, todas as dívidas denominadas em moeda estrangeira, possuem proteção contra risco cambial através de instrumentos financeiros derivativos (Nota 5.9), ou através de aplicações financeiras na mesma moeda.

Abaixo movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures ocorrida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Saldo em 01 de janeiro de 2023	3.019.592
Captações	1.065.892
Amortização de principal	(888.835)
Pagamento de juros	(286.653)
Atualização de juros, valor justo, variação monetária e cambial	274.844
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.184.840
Amortização de principal	(731.517)
Pagamento de juros	(243.737)
Atualização de juros, valor justo, variação monetária e cambial	301.005
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.510.591

a) Garantias

Alguns contratos de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), destinados a investimentos, também são garantidos, de acordo com cada contrato, por fiança bancária, com um custo médio de 0,73% ao ano ou por garantias reais (ativos) e conta de garantia. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de garantias bancárias contratadas era de R\$ 1.037.201 (R\$ 1.239.636 em 31 de dezembro de 2023).

b) Linhas de crédito não utilizadas

Em 31 de dezembro de 2024, Companhia não dispunha de linhas de crédito em bancos (R\$ 345.657 em 31 de dezembro de 2023).

c) Cláusulas restritivas (“Financial covenants”)

As principais linhas de empréstimos da Companhia estão sujeitas a cláusulas restritivas, com base em indicadores financeiros e não financeiros, que variam de contrato para contrato. A tabela a seguir lista as dívidas e os indicadores financeiros (os contratos possuem redações ligeiramente distintas sobre a

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

definição dos indicadores de *covenants* e, dentre elas, os índices reportados utilizam a interpretação mais conservadora dos ajustes previstos nas fórmulas):

Meta	Índice
Dívida financeira líquida ⁽ⁱ⁾ / EBITDA $\leq 3,5x$ em dezembro de 2024	1,43
EBITDA/ Resultado financeiro consolidado ⁽ⁱⁱ⁾ $\geq 2,0x$ em dezembro de 2024	5,74

- (i) A dívida financeira líquida é composta por dívidas bancárias, debêntures, arrendamentos mercantis considerados como leasing financeiro deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito de aplicações financeiras vinculadas a empréstimos e instrumentos derivativos.
- (ii) O resultado financeiro é representado pelo custo da dívida líquida, demonstrado na nota 6.4.

Os componentes das fórmulas para calcular o resultado das metas verificáveis no fechamento do exercício estão definidos nos contratos de dívida. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia estava cumprindo todas as cláusulas restritivas financeiras.

5.7 Passivos de arrendamento

Política contábil:

No início ou na modificação de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e

- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

A valorização subsequente do passivo de arrendamento se dá pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

	Financeiro	Operacional	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2023	120.465	314.426	434.891
Adições	-	134	134
Apropriação de juros e variação cambial	21.967	25.052	47.019
Amortização de principal de arrendamento mercantil	(71.411)	(49.700)	(121.111)
Pagamento de juros de arrendamento mercantil	-	(31.759)	(31.759)
Reajuste contratual	-	(882)	(882)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	71.021	257.271	328.292
Adições	-	23.415	23.415
Apropriação de juros e variação cambial	18.477	52.747	71.224
Amortização de principal de arrendamento mercantil	(59.929)	(53.619)	(113.548)
Pagamento de juros de arrendamento mercantil	-	(28.082)	(28.082)
Baixas	-	(2.479)	(2.479)
Reajuste contratual	-	9.186	9.186
Saldo em 31 de dezembro de 2024	29.569	258.439	288.008
Circulante	14.770	79.891	94.661
Não circulante	14.799	178.548	193.347
	29.569	258.439	288.008

Os contratos de arrendamento têm diversos prazos de vigência, sendo o último vencimento a ocorrer em janeiro de 2038 (uma abertura por vencimento é demonstrada na Nota 3.1). Os valores são atualizados anualmente por índices de inflação (como IGPM e IPCA) ou podem incorrer em juros calculados com base na TJLP ou CDI e alguns dos contratos possuem opções de renovações ou de compra que foram considerados na determinação o prazo e da classificação como arrendamento financeiro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Além da amortização e da apropriação de juros e variação cambial destacados nos quadros anteriores, foi registrado para os demais contratos de arrendamento que não foram incluídos na mensuração de passivos de arrendamentos os seguintes impactos no resultado:

	31/12/2024	31/12/2023
Pagamentos de arrendamento variável não incluído no reconhecimento das obrigações de arrendamento	71.932	41.829
Despesas relativas a arrendamentos de curto prazo	5.264	4.294
Despesas de arrendamentos de ativos de baixo valor, excluindo arrendamentos de curto prazo	6.406	2.955
	83.602	49.078

Informações adicionais

A Companhia registrou os passivos de arrendamento pelo valor presente das parcelas devidas, ou seja, incluindo eventuais créditos de impostos a que terá direito no momento do pagamento dos arrendamentos. O potencial crédito de PIS/COFINS incluído no passivo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 16.900 (R\$ 17.347 em 31 de dezembro de 2023).

5.8 Fornecedores

Política contábil:

As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas dentro de 45 dias do reconhecimento.

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores de materiais e serviços	731.324	605.817
Fornecedores de combustíveis e lubrificantes	32.894	35.393
Outros	7.954	-
Total	772.172	641.210
Fornecedores	187.097	159.286
Fornecedores partes relacionadas (Nota 4.1)	585.075	481.924
	772.172	641.210

5.9 Instrumentos financeiros derivativos

Política contábil:

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo ser designado como um instrumento de *hedge* e, em caso afirmativo, a natureza do item

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

objeto de *hedge*. A Companhia designa certos derivativos como:

Hedges do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo).

No início do relacionamento de *hedge* de valor justo a Companhia documenta a relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos, incluindo mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de *hedge* que devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*. A Companhia documenta seu objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização de suas operações de *hedge*. Mudanças no valor justo de qualquer instrumento derivativo que não se qualifique para contabilização de *hedge* são reconhecidas imediatamente no resultado e estão incluídas em outros ganhos / (perdas).

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos designados nas relações de *hedge* são divulgados abaixo. O valor justo total de um derivativo de cobertura é classificado como um ativo ou passivo não corrente quando a maturidade remanescente do item coberto é superior a 12 meses; é classificado como ativo ou passivo circulante quando o vencimento remanescente do item objeto de *hedge* for menor que 12 meses.

A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge* quanto em uma base contínua, sobre se os instrumentos de *hedge* são altamente eficazes na compensação das mudanças no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens protegidos atribuíveis.

A Companhia utiliza instrumentos de *swap*, cujo valor justo é determinado a partir dos fluxos de caixa descontados baseados em curvas de mercado, para proteger a exposição ao risco de câmbio e ao risco de juros e inflação. Os dados são apresentados abaixo:

	<i>Nocional</i>		<i>Valor justo</i>	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Derivativos de taxa de câmbio e juros				
Contratos de <i>Swap</i> (Juros e câmbio)	1.171.125	2.828.774	288.265	287.908
	1.171.125	2.828.774	288.265	287.908
			701.405	24.432
Circulante			22.328	414.905
Não circulante			723.733	439.337
Ativos				
			188.088	51.492
Circulante			247.380	99.937
Não circulante			(435.468)	(151.429)
Passivo				

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A Companhia contratou operações de Swap de juros e câmbio, de forma a ficar ativa em USD + juros fixos e passiva em percentual do CDI. Já nas operações de Swap de juros e inflação, a Companhia fica ativa em IPCA + juros fixos e passiva em percentual do CDI.

Estratégias de Hedge

a) Hedge do valor justo

Atualmente, a Companhia adota o *hedge* do valor justo para algumas de suas operações, tanto os instrumentos de *hedge* quanto os itens protegidos por *hedge* são contabilizados pelo valor justo por meio do resultado. Os efeitos operacionais e contábeis dessa adoção são os seguintes:

Hedge risco de câmbio		Nocional	Valor contábil		Resultado	
					Ajuste de valor justo	
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Objetos						
NCE 2032	US\$ + 5,88%	(870.275)	(1.210.557)	(1.074.003)	(87.952)	82.413
NCE	Sofr + 1,3%	(120.850)	(25.341)	(487.544)	(134.810)	3.147
Total		(991.125)	(1.235.898)	(1.561.547)	(222.762)	85.560
Instrumentos derivativos						
Swap de câmbio e juros	BRL + 116,68% do CDI	870.275	326.602	200.730	(125.872)	67.288
Swap de câmbio e juros	BRL + 108,87% do CDI	120.850	(98.754)	5.293	104.049	(5.293)
Total		991.125	227.848	206.023	(21.823)	61.995
Total líquido		-	(1.008.050)	(1.355.524)	(244.585)	147.555

b) Opções por valor justo

Certos instrumentos derivativos não foram atrelados a estruturas de *hedge* documentadas. A Companhia optou por designar os passivos protegidos para registro ao valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Risco de inflação		Nocional	Valor contábil		Ajuste de valor justo	
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivos designados						
Debêntures	IPCA + 4,68%	(180.000)	(248.085)	(396.201)	(59.916)	13.474
Total		(180.000)	(248.085)	(396.201)	(59.916)	13.474
Instrumentos derivativos						
Swap de inflação e juros	107,00% do CDI	180.000	60.419	81.855	21.466	(5.691)
Total		180.000	60.419	81.855	21.466	(5.691)
Total líquido		-	(187.666)	(314.346)	(38.450)	7.783

5.10 Outros tributos a recuperar

Política Contábil:

Os ativos fiscais são mensurados ao custo e incluem principalmente: (i) efeitos fiscais que são reconhecidos quando o ativo é vendido a um terceiro ou recuperados por meio da amortização da vida econômica remanescente do ativo; e (ii) recebíveis de imposto que se esperam que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução de futuras obrigações fiscais.

	31/12/2024	31/12/2023
COFINS	106.970	130.817
PIS	21.418	32.076
ICMS CIAP ⁽ⁱ⁾	15.048	13.049
Outros	22.035	18.068
	165.471	194.010
Circulante	157.465	180.742
Não circulante	8.006	13.268
	165.471	194.010

- (i) Crédito de ICMS oriundos de aquisições de ativo imobilizado.

5.11 Adiantamento a fornecedores

O saldo dos adiantamentos a fornecedores da Companhia é composto por:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores	307	19.597
Fornecedores partes relacionadas (Nota 4.1) ⁽ⁱ⁾	74.336	460.488
Total	74.643	480.085
Circulante	74.643	83.938
Não circulante	-	396.147
	74.643	480.085

- (i) Os adiantamentos a fornecedores se referem a prestação de serviços de partilha de fretes, sendo o cronograma de liquidação previsto em contrato.

5.12 Investimentos em associadas

Política contábil:

Associadas são aquelas entidades nas quais a Companhia possui influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, a participação de associadas atribuível à Companhia no lucro ou prejuízo do exercício de tais investimentos é registrada na demonstração do resultado, em “Resultado de equivalência patrimonial”. Os ganhos e perdas não realizados decorrentes de transações entre a Companhia e as investidas são eliminados com base no percentual de participação dessas investidas.

A coligada da Companhia está listada abaixo:

Coligadas (Equivalência patrimonial)	Participação direta e indireta	
	31/12/2024	31/12/2023
Rumo Serviços Logísticos Ltda.	50,00%	50,00%

A Companhia realizou uma reorganização societária, na qual, os investimentos dos terminais foram transferidos para a Controladora Rumo S.A. conforme nota 1.2. Abaixo estão os investimentos em associadas que são materiais para a Companhia em 31 de dezembro de 2024:

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Percentual de participação
Rumo Serviços Logísticos Ltda.	100.503.066	50.251.533	50,00%

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Saldo em 01 de janeiro de 2024	Resultado de equivalência	Dividendos	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Rumo Serviços Logísticos Ltda.	44.811	(9.572)	-	17	35.256
Total	44.811	(9.572)	-	17	35.256

	Saldo em 01 de janeiro de 2023	Resultado de equivalência	Dividendos	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2023
Termag S.A.	8.463	703	-	(9.166)	-
TGG S.A.	17.471	3.702	(8.802)	(12.371)	-
Terminal XXXIX S.A.	53.133	(1.794)	(3.971)	(47.368)	-
Rumo Serviços Logísticos Ltda.	44.701	105	-	5	44.811
Total	123.768	2.716	(12.773)	(68.900)	44.811

Informações financeiras de associadas:

	Doze meses findos em 31/12/2024			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Rumo Serviços Logísticos Ltda.	148.328	77.817	89.655	(19.144)

	Doze meses findos em 31/12/2023			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Rumo Serviços Logísticos Ltda.	163.443	73.821	89.622	209

5.13 Ativos imobilizados e direitos de uso

Política contábil:

Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos intangíveis com vida útil definida, diretos de uso e imobilizado. A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso.

O valor recuperável é determinado com base nos cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base em orçamentos e projeções que levam em consideração as premissas relacionadas a cada unidade geradora de caixa, tais como: estimativas de desempenho futuro dos negócios, geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Análise de perda ao valor recuperável.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não foram identificados indicadores de *impairment*, de forma que nenhum teste de *impairment* foi necessário para ativos imobilizados, direitos de uso e intangíveis de vida útil definida.

A Companhia avaliou ainda os efeitos do conflito na Ucrânia e Oriente Médio sobre as demais unidades geradoras de caixa e a Administração não detectou deterioração nos indicadores de médio e longo prazos.

A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas chaves que são influenciadas pelas condições de mercado, tecnológicas, econômicas vigentes no momento que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se ocorrerão perdas por redução da recuperação no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

5.13.1 Imobilizado

Política contábil:

Reconhecimento e mensuração

Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados aos gastos fluam para a Companhia. Reparos e manutenção contínuos são despesas quando incorridos.

Ativos são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, em relação aos ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

A depreciação é calculada sobre o valor contábil do imobilizado menos os valores residuais estimados utilizando-se a base linear durante sua vida útil estimada, reconhecida no resultado, a menos que seja capitalizada como parte do custo de outro ativo. Os terrenos não são depreciados. A vida útil estimada dos ativos é como seguir:

Edifícios e benfeitorias	4% - 5%
Máquinas, equipamentos e instalações	8% - 11%
Outros	2% - 20%

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Vagões	2,9% - 6%
Locomotivas	3,3% - 8%
Vias permanentes	3% - 4%
Móveis e utensílios	10% - 15%
Equipamentos de informática	20%

Os métodos de depreciação, bem como vidas úteis e valores residuais, são revistos no final de cada exercício, ou quando há mudança significativa em um padrão de consumo esperado, como incidente relevante e obsolescência técnica. Quaisquer ajustes são reconhecidos como mudanças nas estimativas contábeis, se apropriado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Reconciliação do valor contábil

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas (i)	Via Permanente	Obras em andamento	Outros ativos	Total
Valor de custo:							
Saldo em 01 de janeiro de 2023	411.070	519.796	3.962.554	2.976.061	738.903	45.255	8.653.639
Adições	-	-	898	38.191	615.308	-	654.397
Baixas	-	-	(16.961)	(941)	(1.056)	463	(18.495)
Transferências	12.878	21.015	273.556	204.141	(539.212)	81	(27.541)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	423.948	540.811	4.220.047	3.217.452	813.943	45.799	9.262.000
Adições	-	-	-	-	873.738	-	873.738
Baixas	(2.102)	-	(250.569)	(1.157)	(4.017)	-	(257.845)
Transferências	(12.179)	16.858	306.565	76.614	(410.725)	-	(22.867)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	409.667	557.669	4.276.043	3.292.909	1.272.939	45.799	9.855.026
Valor de depreciação:							
Saldo em 01 de janeiro de 2023	(127.680)	(168.844)	(1.872.179)	(1.395.031)	-	(15.745)	(3.579.479)
Adições	(21.230)	(35.198)	(270.007)	(142.034)	-	(5.275)	(473.744)
Baixas	78	346	15.527	4.648	-	-	20.599
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(148.832)	(203.696)	(2.126.659)	(1.532.417)	-	(21.020)	(4.032.624)
Adições	(9.746)	(36.316)	(305.677)	(154.279)	-	(5.104)	(511.122)
Baixas	364	-	222.072	-	-	-	222.436
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(158.214)	(240.012)	(2.210.264)	(1.686.696)	-	(26.124)	(4.321.310)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	275.116	337.115	2.093.388	1.685.035	813.943	24.779	5.229.376
Saldo em 31 de dezembro de 2024	251.453	317.657	2.065.779	1.606.213	1.272.939	19.675	5.533.716

Capitalização de custos de empréstimos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os custos de empréstimos capitalizados foram de R\$ 8.448 (R\$ 9.780 em 31 de dezembro de 2023), utilizando uma taxa média de 11,80% (12,30% em 31 de dezembro de 2023) para capitalizar os custos dos empréstimos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.13.2 Direito de uso

Política contábil:

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

	Terrenos, edifícios	Vagões e locomotivas	Software	Máquinas, equipamentos e outros ativos	Total
Valor de custo:					
Saldo em 01 de janeiro de 2023	317.026	820.667	85.949	43.608	1.267.250
Adições	-	-	-	134	134
Reajuste contratual	(882)	-	-	-	(882)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	316.144	820.667	85.949	43.742	1.266.502
Adições	-	-	-	23.415	23.415
Reajuste contratual	6.913	535	1.771	(33)	9.186
Saldo em 31 de dezembro de 2024	323.057	821.202	87.720	67.124	1.299.103
Amortização:					
Saldo em 01 de janeiro de 2023	(154.559)	(375.056)	(21.339)	(21.741)	(572.695)
Adições	(32.747)	(22.182)	(4.380)	(7.344)	(66.653)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(187.306)	(397.238)	(25.719)	(29.085)	(639.348)
Adições	(33.389)	(24.144)	(4.499)	(4.028)	(66.060)
Baixas	-	-	-	(2.761)	(2.761)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(220.695)	(421.382)	(30.218)	(35.874)	(708.169)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	128.838	423.429	60.230	14.657	627.154
Saldo em 31 de dezembro de 2024	102.362	399.820	57.502	31.250	590.934

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.14 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil:

A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo o efeito reconhecido no resultado, exceto se for decorrente de uma combinação de negócios, ou de itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i. Imposto corrente

É o imposto sobre o lucro tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

ii. Imposto diferido

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- a) diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem o resultado contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal;
- b) diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, na medida em que a Companhia é capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e é provável que elas não revertam num futuro previsível; e
- c) diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

iii. Exposição fiscal

Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

iv. Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

a) Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	2.394.507	1.527.890
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(814.132)	(519.483)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva		
Equivalência patrimonial	(3.254)	923
Efeito redução alíquota incentivo SUDAM ⁽ⁱ⁾	407.231	279.941
Diferenças permanentes (doações, brindes, etc.)	(386)	(16)
Efeito de amortização do direito de concessão	10.079	10.079
Selic sobre indêbito	6.639	32.603
Outros	18.825	5.726
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	<u>(374.998)</u>	<u>(190.227)</u>
Taxa efetiva - %	<u>15,66%</u>	<u>12,45%</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (i) A Companhia obteve através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM o direito à redução de 75% do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas - IRPJ e adicionais não restituíveis apurado sobre o lucro da exploração, por estar localizada na área de abrangência da Amazônia Legal e por ser o setor de transporte considerado empreendimento prioritário para o desenvolvimento regional. Os incentivos fiscais são registrados, pelo valor justo, quando há razoável segurança de que: (a) a Companhia irá atender aos requisitos relacionados ao incentivo; (b) o incentivo será recebido. Os efeitos são registrados ao resultado para se contrapor aos custos ou despesas que o incentivo pretende compensar.

b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido

Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	19.647	14.252
Provisão para perda ao valor recuperável	67	-
Perda esperada em créditos de liquidação duvidosa	4.369	4.456
Provisão para não realização de impostos	33.213	31.566
Provisão para participação nos resultados	37.332	25.330
Diferenças temporárias sobre outras provisões	15.603	20.385
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos ⁽ⁱ⁾	209.719	82.460
Passivos de arrendamento	116.042	125.452
Outros	28.295	31.197
Tributos diferidos - Ativos	464.287	335.098
Créditos passivos de:		
Diferenças temporárias:		
Resultado não realizado com derivativos	(101.162)	(101.040)
Revisão de vida útil de ativo imobilizado	(184.263)	(175.668)
Ajuste valor justo sobre dívidas	(171.942)	(54.310)
Tributos diferidos - Passivos	(457.367)	(331.018)
Total de tributos diferidos	6.920	4.080

- (i) A Companhia optou pelo regime de caixa para a tributação da variação cambial dos empréstimos e financiamentos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

c) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia avaliou o prazo para compensação de seus créditos de tributos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias através da projeção de seu lucro tributável para o prazo das concessões. A projeção foi baseada em premissas econômicas de inflação e juros, volume transportado baseado no crescimento da produção agrícola e da exportação projetados nas suas áreas de atuação e condições de mercado de seus serviços, validadas pela administração. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia continuou monitorando os impactos dos conflitos internacionais e julgou que os potenciais efeitos não devem afetar as projeções de médio e longo prazos a ponto de prejudicar a realização dos saldos.

	<u>Diferido ativo</u>
2025	7.775
2026	13.855
2027	13.822
2028	13.822
2029 a 2034	68.204
2035 a 2040	(110.558)
Total	<u>6.920</u>

d) Movimentações no imposto diferido

Saldo em 01 de janeiro de 2023	31.646
Resultado	(27.566)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>4.080</u>
Resultado	2.840
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>6.920</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

d) Movimentação analítica do imposto diferido

i. Impostos diferidos ativos

	Passivos de arrendamentos	Benefícios a empregados	Provisões	Varição Cambial	Ajuste a valor justo da dívida	Outros	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2023	146.150	23.868	80.404	114.290	(87.980)	43.649	320.381
(Cobrado) / creditado							
do resultado do exercício	(20.698)	1.462	(9.745)	-	87.980	(12.452)	46.547
dos outros resultados abrangentes							
Diferenças cambiais	-	-	-	(31.830)	-	-	(31.830)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	125.452	25.330	70.659	82.460	-	31.197	335.098
(Cobrado) / creditado							
do resultado do exercício	(9.410)	12.002	2.240	-	-	(2.902)	1.930
dos outros resultados abrangentes							
Diferenças cambiais	-	-	-	127.259	-	-	127.259
Saldo em 31 de dezembro de 2024	116.042	37.332	72.899	209.719	-	28.295	464.287

ii. Impostos diferidos passivos

	Imobilizado	Resultado não realizado com derivativos	Ajuste valor justo sobre dívidas	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2023	(169.160)	(120.184)	-	(289.344)
(Cobrado) / creditado				
do resultado do exercício	(6.508)	19.144	(54.310)	(41.674)
dos outros resultados abrangentes				
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(175.668)	(101.040)	(54.310)	(331.018)
(Cobrado) / creditado				
do resultado do exercício	(8.595)	(122)	(117.632)	(126.349)
dos outros resultados abrangentes				
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(184.263)	(101.162)	(171.942)	(457.367)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.15 Provisão para demandas e depósitos judiciais

Política contábil:

São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As provisões para processos judiciais resultantes de combinações de negócios são estimadas a valor justo.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia registra provisões para demandas judiciais em relação a:

	Provisão para demandas judiciais	
	31/12/2024	31/12/2023
Tributárias	3.399	3.651
Cíveis, regulatórias e ambientais	14.247	11.086
Trabalhistas	40.140	27.169
	57.786	41.906

	Depósitos judiciais	
	31/12/2024	31/12/2023
Tributárias	4.060	3.811
Cíveis, regulatórias e ambientais	4.226	4.748
Trabalhistas	10.320	11.099
	18.606	19.658

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Movimentação das provisões para demandas judiciais:

	Tributárias	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2023	181	3.835	24.217	28.233
Provisionados no exercício	2.419	3.965	10.450	16.834
Baixas por reversão ou pagamento	(572)	(4.199)	(16.187)	(20.958)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	1.623	7.485	8.689	17.797
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.651	11.086	27.169	41.906
Provisionados no exercício	1.019	3.813	15.616	20.448
Baixas por reversão ou pagamento	(1.951)	(3.968)	(16.391)	(22.310)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	680	3.316	13.746	17.742
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.399	14.247	40.140	57.786

(i) Inclui baixa de juros por reversão.

A Companhia possui débitos garantidos por bens ou, ainda, por meio de depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia.

Perdas possíveis

Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Tributárias	1.614.650	1.703.949
Cíveis, regulatórias e ambientais	64.714	83.500
Trabalhistas	70.555	80.207
	1.749.919	1.867.656

- **Tributárias:**

	31/12/2024	31/12/2023
Multa isolada tributo federal - REPORTO ⁽ⁱ⁾	59.562	46.389
IRPJ/CSLL ⁽ⁱⁱ⁾	154.645	145.524
ICMS ⁽ⁱ⁾	665.830	640.908
PIS/COFINS ⁽ⁱⁱⁱ⁾	542.461	691.417
IOF s/ Mútuo ^(v)	145.758	135.370
Outros	46.394	44.341
	1.614.650	1.703.949

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (i) As demandas de ICMS estão relacionadas, substancialmente, aos seguintes itens a) Autos de Infrações lavrados pela Secretaria da Fazenda do Estado por suposta falta de recolhimento do ICMS nas prestações de serviço de transporte ferroviário de mercadorias destinadas à exportação; creditamento indevido de ICMS por suposta escrituração no Livro Registro de Entradas de valores superiores aos apurados nos Livros Fiscais; creditamento indevido de ICMS por aquisições supostamente enquadradas como uso e consumo. Também foram incluídas multas de 50% do valor do imposto e 100% do valor do crédito considerado indevido. Todas as autuações foram contestadas, uma vez que existe posicionamento favorável aos contribuintes consolidado nos tribunais superiores, com base na Súmula 649 do STJ, bem como na Constituição Federal e na Lei Complementar 87/1996; b) o Fisco do Estado do Mato Grosso promoveu a lavratura de diversos Termos de Apreensão e Depósito (TADs) visando a cobrança de ICMS e de multa de 50% sobre o valor das operações autuadas, sob o equivocado entendimento de que as operações de saída de mercadorias destinadas à exportação estariam com os DACTEs (Documento Auxiliar do Conhecimento do Transporte Eletrônico) cancelados, com a suposta caracterização de documentação inidônea, nos termos dos artigos 35-A e 35-B da Lei Estadual 7098/98. A Companhia contesta as autuações e procura demonstrar ao Fisco que as mercadorias transportadas encontravam-se devidamente acobertadas por documentação fiscal idônea; c) cobrança de ICMS, dos anos de 2018 e 2019, na aquisição de vagões em decorrência da alegada não isenção prevista pelo Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária – REPORTO pelo fisco paulista.
- (ii) No ano de 2009, sob a alegação de que a Companhia teria excluído da apuração do lucro real e da base de cálculo ajustada da CSLL provisões trabalhistas. Pelo entendimento do Fisco, as baixas das provisões trabalhistas foram efetuadas pela Companhia sem a individualização dos processos (provisões e reversões), o que impactaria na apuração tributária. A probabilidade de perda é possível, considerando que a ocorrência da decadência e que a Companhia atendeu todas as regras tributárias referentes à adição e exclusão das provisões na apuração do IRPJ e CSLL.
- (iii) As demandas administrativas de PIS e COFINS estão relacionadas, substancialmente, às glosas de créditos de PIS e COFINS pelo sistema da não cumulatividade relativas aos seguintes itens: a) créditos lançados extemporaneamente desacompanhados de prévia retificação de declarações fiscais; b) créditos sobre despesas decorrentes de contratos de tráfego mútuo; c) créditos relativos às despesas com serviços classificados como insumos na atividade desenvolvida pela empresa que supostamente não foram comprovados durante a Fiscalização; d) créditos sobre despesas com transporte de colaboradores; e) créditos relativos às despesas com energia elétrica; f) créditos sobre despesas com locações de máquinas e aluguéis que não foram comprovadas no curso da Fiscalização; g) créditos sobre

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

despesas na aquisição de máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado da empresa e h) multa isolada correspondente a 50% do valor dos créditos.

- (iv) Autos de infração lavrados contra a Companhia para a cobrança de contribuição previdenciária (20% sobre o valor pago) de valores referentes ao Plano de Opção de Compra de Ações concedido para empregados, administradores e terceiros. O fundamento principal da autuação é a suposta natureza remuneratória.
- (v) As demandas de IOF estão relacionadas, substancialmente, aos seguintes itens a) O Fisco federal pretende fazer prevalecer a incidência de IOF sobre as contas correntes mantidas pela controladora para as coligadas/controladas (parte mais substancial da autuação). No entendimento do fisco, à utilização de uma rubrica contábil como de adiantamentos de despesas a empresas ligadas, sem contrato formal de mútuo, caracteriza a existência de uma conta corrente, devendo-se apurar o IOF devido segundo as regras próprias das operações de crédito rotativo. Os autos de infração ainda estão sendo questionados no âmbito administrativo, e b) Auto de Infração lavrado pelo Fisco Federal em face da Companhia por suposta ausência de recolhimento de IOF no período de 2017 e 2018, relativo à cobrança em alegadas transações financeiras entre as companhias do grupo, essencialmente sobre remessa de valores decorrentes de tráfego mútuo entre a Companhia e Malha Paulista, contratos com a Raízen e outros valores elencados em demais contas contábeis.

• **Cíveis, regulatórias e ambientais:**

	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis ⁽ⁱ⁾	16.591	39.815
Regulatórias ⁽ⁱⁱ⁾	1.695	5.159
Ambientais ⁽ⁱⁱⁱ⁾	46.428	38.526
	64.714	83.500

- (i) Cíveis: A Companhia é parte em diversas ações cíveis, tendo como principais pedidos ações indenizatórias em geral, tais como: abaloamento em passagens em níveis, atropelamentos ferroviários, acidente de trânsito, ações possessórias em geral, ações de execução de títulos extrajudiciais, direitos e obrigações contratuais junto a clientes. Para as diversas ações cíveis, a administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou as circunstâncias e registrou provisões para as perdas prováveis em valores suficientes e adequados, representando, na data do balanço, sua melhor estimativa de desembolso que poderá vir a ser exigido para liquidar as ações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (ii) Regulatórias: Referem-se principalmente a multas e discussões junto a ANTT
- (iii) Ambientais: Tais valores decorrem de autuações feitas pelo IBAMA e Secretarias Municipais de Meio Ambiente em sua grande maioria, em razão de contaminação de solo e águas pelo derramamento de produtos e descumprimento das condições impostas por determinada licença de operação. Em todos os casos estão sendo adotadas medidas para redução do passivo existente, bem como medidas de reparação e prevenção relativas ao meio ambiente.

• **Trabalhistas:**

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Reclamações trabalhistas ⁽ⁱ⁾	70.555	80.207
	70.555	80.207

- (i) A Companhia discute diversas ações de natureza trabalhista, movidas por ex-empregados e empregados de prestadores de serviços, para fazer face àqueles casos cujas perdas são consideradas prováveis. Das ações em andamento, os principais pedidos postulados referem-se a horas extras, adicional noturno, insalubridade e de periculosidade, eventual descumprimento de normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, reintegração de emprego, indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho e devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa, contribuição sindical e outros, reconhecimento de jornada de turno ininterrupto, sobreaviso, diferenças salariais e outros.

5.16 Patrimônio líquido

a) Capital social

Política contábil:

O capital social é registrado pelo valor da integralização de ações deduzido dos custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias. O imposto de renda relacionado a custos de transação de uma transação patrimonial é contabilizado de acordo com a política descrita na Nota 5.14 - Imposto de renda e contribuição social.

O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro 2023 é de R\$ 51.930, constituído por 1.189.412.363 ações, sendo 1.107.698.070 ações ordinárias nominativas 76.088.610 ações preferenciais nominativas “A” e 5.625.683 ações preferenciais nominativas “B”. As ações preferenciais “A” não terão direito a voto e gozarão das seguintes vantagens e preferências:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- Dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias;
- Prioridade na distribuição de dividendos;
- Prioridade no reembolso de capital, em caso de liquidação da Companhia.

Ações preferenciais “B” tem os mesmos direitos das ações “A”, exceto pelos dividendos 10% maiores que o das ações ordinárias.

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia é composto pelo seguinte:

Acionistas	Ações ordinárias		Ações preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Rumo S.A.	1.106.992.705	99,94%	79.305.801	97,05%
Fundo Invest da Amazonia Finam	-	0,00%	1.573.116	1,93%
Uniao Com. E Participações LTDA	-	0,00%	737.396	0,90%
Banco do Brasil S.A.	705.365	0,06%	-	0,00%
Imprensa Oficial Est. S. A. Imesp.	-	0,00%	97.980	0,12%
Total de ações em circulação	1.107.698.070	100,00%	81.714.293	100,00%

b) Reserva legal

Política contábil:

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com a Lei 6.404/76.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não destinou saldo para reserva legal devido ao fato de ter atingido o limite de 20% do capital social (R\$ 10.386 em 31 de dezembro de 2023).

c) Dividendos

Para o exercício findos em 31 de dezembro de 2024 a Companhia destinou R\$ 403.070 (R\$ 260.566 em 31 de dezembro de 2023) referente a dividendos mínimos obrigatórios.

Em 30 de abril de 2024, por meio da Assembleia Geral Ordinária, a Companhia aprovou a destinação de dividendos R\$ 655.238,00, referente ao exercício de 31 de dezembro de 2022.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

6 Informações detalhadas sobre demonstração de resultado

6.1 Receita operacional líquida

Políticas contábeis

i. Receita de serviços

As receitas decorrentes da prestação de serviços são reconhecidas na medida em que a entidade transfere à contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, bem como quando seu valor e custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável.

Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. A receita da Companhia é composta basicamente por serviços de frete ferroviário motivo pelo qual os critérios acima são normalmente atendidos na medida em que o serviço logístico é prestado.

ii. Receita diferida

A Companhia possui receita diferida recebida de clientes visando investimento em ativo permanente em contrapartida de um contrato de serviço de transporte ferroviário, exigindo desempenho futuro de serviços pela Companhia.

As atividades da Companhia estão sujeitas à sazonalidade natural das commodities agrícolas. A exportação da safra de soja, em sua maioria, ocorre entre os meses de janeiro e agosto, enquanto o transporte da safra de milho (destinado principalmente à exportação), está concentrado entre os meses de maio e dezembro. Essas oscilações têm um impacto significativo na demanda pelo transporte dessas commodities. Por esta razão, a Companhia normalmente tem um maior volume transportado no segundo e terceiro trimestre de cada ano, e um menor volume transportado no período de entressafra, isto é, no primeiro e quarto trimestres de cada ano.

A seguir, é apresentada uma composição da receita da Companhia, com a receita bruta das vendas e serviços e as deduções das vendas (os abatimentos e os impostos), conforme exigido para empresas brasileiras pela lei nº 6.404/76, seção V, Art.187:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita bruta na venda de serviços	7.997.151	6.029.272
Impostos e deduções sobre venda de serviços	(229.179)	(170.666)
Receita operacional líquida	<u>7.767.972</u>	<u>5.858.606</u>

A Companhia presta serviços no mercado interno brasileiro, para entidades privadas. Os acordos com clientes estabelecem preços substancialmente fixos por toneladas transportada ou transbordada. Os serviços prestados pela Companhia possuem curtíssimo prazo de execução, sendo a receita auferida e registrada na medida em que os serviços são executados. Quanto à natureza dos serviços prestados, a receita líquida tem a seguinte composição:

Composição da receita líquida por serviço:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Transporte de carga e acessórios	7.767.167	5.855.735
Outros	805	2.871
Receita operacional líquida	<u>7.767.972</u>	<u>5.858.606</u>

6.2 Custos e despesas por natureza

As despesas são apresentadas na demonstração do resultado por função. A reconciliação das despesas por natureza / finalidade é a seguinte:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Material de uso e consumo	(106.522)	(122.698)
Despesa com pessoal	(250.139)	(253.129)
Depreciação e amortização	(588.901)	(544.692)
Despesas com serviços de terceiros	(184.365)	(141.186)
Despesas com transporte e elevação	(3.699.706)	(2.764.362)
Outras despesas	(231.999)	(161.703)
	<u>(5.061.632)</u>	<u>(3.987.770)</u>
Custo dos serviços prestados	(4.810.529)	(3.766.825)
Despesas comerciais	(25.813)	(24.228)
Despesas gerais e administrativas	(225.290)	(196.717)
	<u>(5.061.632)</u>	<u>(3.987.770)</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

6.3 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Efeito líquido das demandas judiciais	(16.012)	(19.850)
Resultado na venda de sucatas / eventuais	4.436	4.587
Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado e intangível	12.907	2.842
Créditos fiscais extemporâneos	278	17.427
Outros	(39.099)	(8.270)
	<u>(37.490)</u>	<u>(3.264)</u>

6.4 Resultados financeiros

Política contábil:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, dividendos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais em ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou custo financeiro, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda.

Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	31/12/2024	31/12/2023
Custo da dívida bruta		
Juros e variação monetária	(229.386)	(259.511)
Variação cambial líquida sobre dívidas	(413.807)	87.487
Resultado com derivativos e valor justo	347.883	(238.368)
Prêmio de liquidação antecipada e gastos de captação	(2.812)	(3.393)
Fianças e garantias sobre dívidas	(7.992)	(10.193)
	(306.114)	(423.978)
Rendimentos de aplicações financeiras	110.498	107.426
	110.498	107.426
Custo da dívida, líquida	(195.616)	(316.552)
Outros encargos e variações monetárias		
Juros sobre outros recebíveis	30.096	55.163
Passivos de arrendamento	(69.710)	(40.413)
Despesas bancárias e outros	(2.613)	(2.546)
Juros sobre contingências e contratos comerciais	(18.786)	(24.441)
Variação cambial	(691)	(419)
Outros encargos e juros	(7.451)	(13.190)
	(69.155)	(25.846)
Resultado financeiro, líquido	(264.771)	(342.398)
Reconciliação		
Despesas financeiras	(338.750)	(353.687)
Receitas financeiras	140.594	162.589
Variação cambial	(414.498)	87.068
Derivativos	347.883	(238.368)
Resultado financeiro, líquido	(264.771)	(342.398)

6.5 Lucro por ação

Política contábil:

a) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se:

- i. o lucro atribuível aos proprietários da empresa, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias; e
- ii. pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada pelos elementos do bônus em ações ordinárias emitidas durante o ano e excluindo as ações em tesouraria caso possua.

b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- i. o efeito depois do imposto sobre o rendimento dos juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras; e
- ii. o número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste do resultado e do número de ações pelos impactos de instrumentos potencialmente dilutivos.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do resultado por ação (em milhares, exceto valores por ação) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	31/12/2024	31/12/2023
Numerador		
Resultado líquido do exercício	2.019.509	1.337.663
Por ação ordinária	1.868.811	1.237.845
Por ação preferencial " A " (incluso remuneração adicional de 10%)	141.207	93.531
Por ação preferencial " B "	9.491	6.287
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	1.107.698	1.107.698
Média ponderada de número de ações preferenciais " A "	76.089	76.089
Média ponderada de número de ações preferenciais " B "	5.626	5.626
Resultado básico e diluído:		
Por ação ordinária	1,68711	1,11749
Por ação preferencial " A "	1,85581	1,22923
Por ação preferencial " B "	1,68711	1,11749